



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

Estudo Técnico Preliminar nº: 07/2024 – AA/GPA/UCS

Data: 25/11/24

Origem: AA/GPA/UCS

Requisitantes: AA/GPA/UPM, GRAs e GRRs

Referências:

Instrução Normativa MPOG 05/2017

Instrução Normativa ME 40/2020

Regulamento Interno de Licitações e Contratos

Demanda avaliada:

Prestação de serviço continuado, por sistema de registro de preços – SRP, de outsourcing para operação de ALMOXARIFADO VIRTUAL, visando ao suprimento de materiais de consumo sob demanda, com entrega porta-a-porta para a sede, regionais e demais unidades da Codevasf.

1. Necessidade da contratação

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Almojarifado Virtual é uma estratégia que visa à contratação de empresa especializada na operação logística do processo tradicional de compra e armazenamento de materiais de consumo administrativo (recebimento, armazenagem, separação, expedição, distribuição, guarda, inventário e conservação), por meio de ferramenta informatizada.

Tal modelo é amplamente utilizado na administração pública (federal, estadual e municipal), empresas públicas e grandes empresas privadas, conforme detalhado no item 3 do ETP, apresentando vantagens como:

- a) Redução dos custos administrativos internos de licitação, gestão contratual, operacional (almoxarifado);
- b) Redução dos custos de aquisição devido ao ganho de escala e otimização da logística por empresa especializada;
- c) Redução dos riscos de desabastecimento de materiais;
- d) Uniformização e melhoria da qualidade dos materiais em todas as unidades administrativa;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

- e) Maior controle e transparência na gestão da cadeia de suprimentos pela administração devido ao sistema informatizado.

A Codevasf possui uma estrutura administrativa ampla, presente em 15 unidades federativas: 1 administração central, 16 superintendências regionais, 9 escritórios, 9 unidades descentralizadas. A empresa possui aproximadamente 3000 funcionários (efetivos, terceirizados e estagiários), além de receber periodicamente em suas instalações visitantes devido à prestação de serviços da empresa, estimado em 12000 visitantes ano.

<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/enderecos>

Para dar continuidade as atividades administrativas e prestação de serviços públicos pela Codevasf, é necessário a aquisição, recebimento e gestão de suprimentos de materiais administrativos básicos, como itens de: limpeza, papelaria, utensílios, EPIs e alimentos.

O modelo antigo adotado pela Codevasf para gestão de suprimentos de materiais administrativos não é continuado, trata-se de contratação individual por cada Unidade Gestora por licitação de sistema de registro de preços, que apresenta um elevadíssimo custo interno de mão de obra, além de um alto risco de desabastecimento dos materiais, devido a licitações desertas, fracassadas, ou abandono dos fornecedores.

A gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados. Esta grande capilaridade no território nacional impõe um enorme desafio logístico à instituição: dispor os materiais utilizados nas atividades corriqueiras da empresa, plenamente aptos para uso e no tempo certo, em todas as unidades distribuídas pelo país, garantindo assim níveis de serviço que atendam plenamente às expectativas dos funcionários com reflexo a prestação de serviços à sociedade.

Assim, há significativas oportunidades para modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos atualmente empregados pela Codevasf na gestão de suprimentos dos materiais administrativos. A implantação de um novo modelo de gestão trará melhorias em relação ao atual modelo, com grande vantagem, devido a massiva diminuição de custos e otimização do tempo.

2. Requisitos necessários

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

Trata-se de contratação serviço de Almoxarifado Virtual prestado por empresa especializada na operação logística do processo de compra e armazenamento de materiais de consumo administrativo e suprimento corporativo (recebimento, armazenagem, separação, expedição, distribuição, guarda, inventário e conservação), por meio de ferramenta informatizada e de acesso via web, focado na junção do sistema *SupplyChain Management* (Cadeia de Gestão de Suprimentos), aplicado no sistema *In Company* (“entregue e montado” dentro da companhia contratante) e virtual, com capacidade logística de entrega para todas as unidades administrativas da Codevasf, localizadas em todo território nacional.

A qualificação técnica da contratada se dará mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato Social vigente e que, além disso, demonstrem sua aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto da contratação.

Cabe destacar que o serviço possui natureza continuada, porque visa atender a uma necessidade pública permanente e contínua, além de um exercício financeiro, para assegurar o funcionamento das atividades internas e finalísticas da Codevasf. A lógica de almoxarifado *just in time*, na qual não haverá mais um grande espaço servindo para a guarda de material, torna imperiosa a continuidade do serviço para a manutenção das necessidades dos servidores no trabalho cotidiano.

Tendo em vista o custo operacional de parametrização de sistema e o tempo de desabastecimento de estoques das unidades gestoras, esta contratação terá duração inicial de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis até o limite definido na Lei Geral de Licitações. Esse prazo extenso tem objetivo de reduzir os altos custos internos de mão-de-obra para licitação, contratação e renovações, além de evitar renovações contratuais durante o prazo de crescimento de demandas, garantindo maior estabilidade à Administração durante a condução do processo. Outro fator que deve ser levado em consideração são os custos em decorrência da solução de continuidade do modelo, eis que os itens fornecidos pelo serviço são de suma importância ao funcionamento das unidades atendidas e, não havendo forma de aquisição direta desses materiais de consumo, há o risco destes se valerem de contratações emergenciais.

Para a garantia contratual, considerando o valor global previsto do contrato, entendeu-se pertinente estabelecer o percentual de 2% (dois por cento) do montante referente a 12 (doze) meses de execução, sendo necessária a renovação anual da garantia.

Será permitida a subcontratação dos serviços de aquisição e armazenagem de objetos, bem



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

como de transporte, limitado a 60% (sessenta por cento) do objeto a ser contratado, buscando melhor partilhar com o mercado e com as EPP/ME o mercado local.

A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento a Codevasf, além de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. Quando do fim da contratação, a empresa deverá exportar a base de dados em formato a ser definido pela Codevasf em até 90 (noventa) dias após a extinção do contrato.

3. Levantamento de mercado e alternativas

III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções (...)

3.1. Licitações anteriores

O almoxarifado virtual já é um modelo consolidado amplamente utilizado na administração pública para gestão da cadeia de suprimentos administrativos, conforme levantamento de licitações similares realizadas pela UCS. Para construção deste ETP e do TR, a UCS se baseou principalmente nos seguintes processos licitatórios:

- Ministério da Economia (Central de Compras) - Pregão eletrônico 07/2020-SRP (processo 19973.101898/2019-81)
- Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade (ICMBio) - Pregão eletrônico 16/2023-SRP (processo 02070.006443/2023-19)
- Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - Pregão eletrônico 51/2023 (processo 34.269/2023)
- Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Pregão eletrônico 90002/2024-SRP (processo 60335/2023)
- Prefeitura do Município de São Paulo - Pregão eletrônico 90006/2024-SRP (processo 6013.2023/0005009-3)

Destaca-se o processo da Central de Compras, por ser o mais abrangente no Brasil, realizado para toda Administração Pública Federal em todo território nacional, bem como o do ICMBio, por ser o pioneiro na construção da solução administrativa em 2018, atualizado recentemente em nova licitação em 2023. Além disso, observou-se novas iniciativas utilizando o modelo de “almoxarifado virtual” como para suprimentos alimentícios realizado pela Central de Compras chamado



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

“Supermercado Virtual”, e para suprimentos de manutenção predial realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região via Pregão 90003/2024.

3.2. Exemplo de fornecedores

Foram identificadas várias empresas com capacidade para realizar a operação de almoxarifado virtual no porte da demanda deste ETP, baseado em pesquisa da UCS e nos ETPs da Central de Compras (SEI/ME – 7532841) e ICMBio (SEI/ICMBio – 16556678):

Empresas de suprimentos B2B:

- BRS Suprimentos Corporativos S/A;
- Gimba Suprimentos de Escritório e Informática LTDA;
- PORT Distribuidora de Informática e Papelaria LTDA;
- Reval Atacado de Papelaria LTDA;
- Autopel Automação Comercial e Informática LTDA;
- Onfinity Comercial LTDA;
- Viasupri Suprimentos de Escritório e Limpeza LTDA;

Empresas de comercio virtual:

- Amazon Serviços de Varejo do Brasil LTDA;
- B2W Companhia Digital S/A;
- Kalunga Comércio e Indústria Gráfica LTDA;
- Magazine Luiza S/A

4. Descrição da solução

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

O Almoxarifado Virtual deve possuir três elementos principais:

- Implementação, personalização e disponibilização de sistema web para pedido dos produtos, rastreamento e gestão integrada de suprimentos, implementada pela Contratada para uso contínuo da Contratante;
- Integração do sistema web com sistemas de atendimento, suporte ao usuário e ouvidoria, via web e telefônico.
- Manutenção de estoque para abastecimento sob demanda da Contratante;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

- Logística para a transferência física do objeto do Almoxarifado para o usuário solicitante;

O contrato do Almoxarifado Virtual estabelecerá, com base no processo e certame licitatório, os seguintes elementos:

- Cesta básica de itens, com especificações mínimas dos produtos
- Valor unitário de cada item por unidade de medida
- Valor da taxa de ajuste (aplicada sobre o valor unitário)
- Metodologia de inclusão de novos itens, reajustamento e reequilíbrio
- Valor mínimo do pedido: R\$ 100,00
- Prazo máximo de entrega:
 - Capitais Regiões SE, S e CO: 10 (dez) dias
 - Capitais Regiões NE: 20 (vinte) dias
 - Capitais Regiões N ou Interior do BR: 30 (trinta) dias

O serviço deve possuir os seguintes elementos de atendimento e suporte:

- Atendimento e suporte ao usuário através de uma linha telefônica ou chat virtual, das 8h às 18h, todos os dias comerciais.
- Ouvidoria e *compliance* através de uma central de atendimento específica.
- Criação, desenvolvimento, aprimoramento e atualização de um sistema de atendimento FAQ (Frequently Asked Questions) para auxiliar o autoatendimento dos usuários.

O serviço deve possuir os seguintes elementos do sistema web:

- Disponibilidade continuada 24 horas por dia;
- Em caso de manutenção programada, que seja realizada em horários e dias de menor impacto ao usuário;
- Cadastramento da unidade central, com acesso total aos dados das unidades gestoras;
- Cadastramento das unidades regionais, sob aval da unidade central;
- Identificação do solicitante, que deverá EXCLUSIVAMENTE ser agente público, com o status vinculado ao e-mail institucional da unidade gestora, vedada qualquer outra forma de comunicação;
- Identificação dos produtos, com informações técnicas de catálogo da fabricante;
- Identificação, quando for o caso, da subcontratada ou integrante do *marketplace*;
- Identificação do pedido, incluindo informações dos locais de envio e destino, com



identificação mínima de logradouro e cidade dos locais;

- Sistema de rastreamento do pedido, informando cada etapa do processo de entrega, do pedido realizado a entrega final;
- Sistema de atesto/contesto do pedido, para uso pela fiscalização da unidade gestora;
- Valor do preço unitário e total do produto já com a taxa de ajuste aplicada;
- Histórico de pedidos e relatório gerencial com dados unificados e individualizados, disponibilizado via web, e exportado em arquivo editável, contendo no mínimo informação das unidades gestoras, usuários, pedidos, valores, unidades, meses;
- Acesso restrito de pedido para cada unidade regional;
- Acesso completo dos dados de todas as unidades regionais pela unidade central;

5. Estimativa de quantitativos da contratação

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Os quantitativos estão listados no Anexo 1, baseado inicialmente na cesta de itens e quantitativos da Sede em 2023, via Editais 99/2023 e 115/2023, posteriormente foi realizado uma atualização dos itens e quantitativos pela UCS e todas as gerencias regionais (GRAs e GRRs).

No total foi estabelecido uma cesta com 193 itens, divididos em 7 categorias, resumido na tabela abaixo:

Tabela 1. Resumo da cesta de itens do Almojarifado Virtual da Codevasf

Tipos de itens	Itens/tipo	Qde/tipo
Alimentos	12	31346
Dispenser	12	1292
EPI	19	5811
Informática	14	6369
Limpeza	63	49854
Papelaria	55	70027
Utensílios	18	25078
Total Geral	193	189777

6. Estimativa do valor da contratação

VI - Estimativa preliminar do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários



referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (...)

6.1. Formação de preços

Seguindo o modelo do Almoxarifado Virtual, detalhados nos ETPs da Central de Compras (SEI/ME – 7532841) e ICMBio (SEI/ICMBio – 16556678), a formação dos preços das cestas de itens do Almoxarifado Virtual, o preço unitário de venda (PUV) do produto é composto pelo preço unitário (PU), aplicada uma taxa de ajuste (TA) e fator de correção (FC), através da seguinte equação:

$$PUV = PU \times (1 + TA) \times FC$$

O Preço Unitário (PU) é estabelecido prioritariamente por preços públicos (PP) através de composição via Painel de Preços, mas pode ser extraordinariamente estabelecido por preço de mercado (PM) através de composição via pesquisa de mercado privado por pesquisa da internet ou cotações.

O Fator de Conversão (FC) visa corrigir a diferença entre o preço de mercado (PM) e o preço público (PP), tendo em vista que o preço de mercado é maior que o público, por se tratar de preço de varejo, podendo estar embutido custos de escala, frete, impostos e sistema de e-commerce.

A Taxa de Ajuste (TA) visa aferir remuneração à empresa contratada pela logística envolvida no processo de fornecimento de materiais, incluindo o frete, impostos, custos do sistema informatizado e demais encargos considerados essenciais para a existência de uma empresa.

O detalhamento da estimativa que cada variável é descrita a seguir.

6.2. Preços unitários (PU)

Os preços unitários (PU) foram estabelecidos seguindo a Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, e N-440 - Norma de pesquisa e definição dos preços de referência para licitações de bens e serviços, considerando pesquisa de preços públicos (PP) via *software* Banco de Preços, em busca em dados do Painel de Preços e outros sistemas de preços públicos, e cálculo do preço unitário da amostra considerando a Média Saneada pela metodologia do TCU.

A média saneada é uma metodologia estatística utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para determinar um preço de referência, objetivando visa eliminar valores discrepantes de uma pesquisa de preços, garantindo que o valor final seja mais representativo do mercado e evitando distorções que poderiam prejudicar a administração pública. A metodologia retira da amostra de dados



de preços possíveis *outliers*, calculado através da média, desvio padrão e coeficiente de variação da amostra. A média saneada é calculada automaticamente pelo *software* Banco de Preços.

O Anexo 1 apresenta os preços unitários obtidos para cada item, totalizando um Preço Público Total (PPT) anual de R\$ 2.112.291,47 (dois milhões cento e doze mil duzentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos). Tal valor será utilizado para cálculo da vantajosidade da Taxa de Ajuste no item 6.4, bem como do Fator de Correção (FC) no item 6.5.

Adicionalmente, foi realizado a pesquisa de preços de mercado (PM) para cada item da cesta via sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, objetivando comparação com os preços públicos aferidos, e determinação do Fator de Correção, detalhado no item 6.4 deste ETP.

6.3. Taxa de Ajuste (TA)

A Taxa de Ajuste (TA) visa aferir remuneração à empresa contratada pela logística envolvida no processo de fornecimento de materiais, incluindo o frete, impostos, custos fixos da estrutura logística e do sistema informatizado e demais encargos considerados essenciais para operação do contrato e administração da empresa como: custos indiretos, lucro, riscos, garantias.

Conforme o ETP da Central de Compras (SEI/ME – 7532841) a lógica da taxa de ajuste é comum no mercado privado, conforme *benchmarking* realizado.

A Taxa de Ajuste para fornecimento de atacado B2B (*Business to Business*) se assemelha ao Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) para obras de construção civil. O BDI representa todos os custos adicionais envolvidos em um projeto além dos custos diretos com mão de obra e materiais. Esses custos indiretos podem incluir itens como: aluguel de equipamentos, seguros, impostos, salários administrativos, entre outros. O cálculo do BDI é fundamental para definir um preço justo para o serviço, garantindo a cobertura de todos os gastos e uma margem de lucro adequada.

Porém, diferente do BDI, o cálculo da Taxa de Ajuste carece de amplos estudos técnicos e acadêmicos para sua composição determinística, e principalmente, carece de uma fonte pública oficial de aferição como no caso do BDI temos o SINAPI e SICRO.

Tendo em vista que o almoxarifado virtual se tornou um modelo consolidado amplamente utilizado na administração pública para gestão da cadeia de suprimentos administrativos, com diversos estudos e licitações já realizadas, foi adotada uma aferição empírica da Taxa de Ajuste com base em uma amostra de licitações representativas ao escopo deste ETP. Desta forma foi analisado 8 editais, resumidos na Tabela 2.



Tabela 2. Licitações de Almoxarifado Virtual obtidas no Painel de Compras

UASG	Órgão	UF	Editais	Tempo	TA Licitação	VT Licitação
201057	Central de Compras - ME	N e SE	00007/2020	30 meses	37,74%	R\$ 197.397.993,59
201057	Central de Compras - ME	CO, NE, S	00007/2020	30 meses	36,82%	R\$ 150.862.685,59
80010	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO	SP	00051/2023	20 meses	17,08%	R\$ 8.213.792,20
443033	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	NA	00016/2023	12 meses	46,00%	R\$ 81.486.482,07
158134	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	NE	90011/2024	24 meses	25,46%	R\$ 8.433.421,20
925000	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO	SP	90006/2024	12 meses	39,60%	R\$ 3.541.261,12
90027	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL- SEC.1A.REG./DF	DF	90003/2024	60 meses	16,80%	R\$ 3.268.937,91
925125	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	MA	90002/2024	60 meses	44,00%	R\$ 27.566.237,70

As estatísticas da amostra de Taxa de Ajuste das licitações estão abaixo detalhadas e representadas no gráfico *box-plot*. Para esta modelagem de Almoxarifado, adotou-se a Taxa de ajuste relativo à média de 32,94%, por ser menor e mais vantajosa que a mediana na amostra.

- Desvio Padrão = 11,61%
- Média = 32,94%
- Mediana = 37,28%

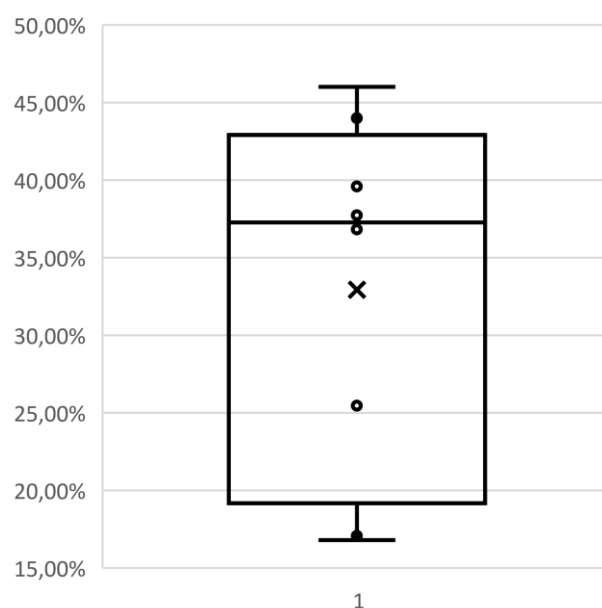


Gráfico 1. Box-plot da amostra de Taxas de Ajuste (TA)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

6.4. Custos internos da Codevasf

O grande objetivo do Almoxarifado Virtual é a redução dos custos internos da administração, principalmente de mão-de-obra, de estrutura e espaço físico, demandados no antigo modelo de aquisição via itens individualizados de Atas de Registro de Preço.

Além disso, a legislação e normativos exigem justificativa da vantajosidade de contratos continuados plurianuais, em especial com prorrogação máxima decenal, baseados nas exigências dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 (Lei das Licitações), e inciso II, do artigo 71 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Desta forma, foi realizada uma estimativa de cálculo dos custos internos para licitação e gestão contratual do modelo antigo via SRP, considerando as seguintes premissas de cálculo:

- 1) Tabela 3 = Dimensionamento da equipe necessária
- 2) Tabela 3 = Cálculo do salário mensal baseado no Plano de Carreiras e Salários (PCS) e Plano de Funções e Gratificações.
- 3) Tabela 3 = Cálculo do salário mensal mais encargos trabalhistas, considerando o fator de 1,8.
- 4) Tabela 3 = Cálculo do salário diário, considerando o fator de dias úteis comerciais de 1/22
- 5) Tabela 3 = Cálculo do salário horário, considerando o fator de horas comerciais de 1/8
- 6) Tabela 4 = Estimativa de horas para elaboração das atividades necessárias para operação, sendo “ETP+TR” para elaboração das peças técnicas licitatórias; “ED+Jur” para elaboração das peças e análises administrativas e jurídicas licitatórias; “Licitação” para os tramites licitatórios e de homologação; “Contrato” para os tramites de início, execução, fiscalização e finalização do contrato.
- 7) Tabela 5 = Estimativa dos custos por atividade.

Tabela 3. Cálculo do salário horário por profissional

Cargo	PCS+PFG	Mensal	Mensal c/ Encargos	Diário	Horário
Auxiliar	M10	R\$ 4.865,79	R\$ 8.758,42	R\$ 398,12	R\$ 49,77
Secretário	M20+FG6	R\$ 8.376,41	R\$ 15.077,54	R\$ 685,35	R\$ 85,67
Analista 1	S01	R\$ 9.065,95	R\$ 16.318,71	R\$ 741,76	R\$ 92,72
Analista 2	S14	R\$ 13.739,98	R\$ 24.731,96	R\$ 1.124,19	R\$ 140,53
Chefe Reg.	S28+FC5	R\$ 26.460,59	R\$ 47.629,05	R\$ 2.164,96	R\$ 270,62
Gerente Reg.	S28+FC4	R\$ 27.749,99	R\$ 49.949,99	R\$ 2.270,46	R\$ 283,81
Gerente Executivo	S28+FC3	R\$ 29.435,81	R\$ 52.984,45	R\$ 2.408,39	R\$ 301,05
Superintendente	Teto	R\$ 44.008,52	R\$ 66.012,78	R\$ 3.000,59	R\$ 375,08



Tabela 4. Estimativa de horas por atividade

Cargo	ETP+TR (hs)	ED+Jur (hs)	Licitação (hs)	Contrato (hs)
Auxiliar	40	0	0	1056
Secretário	16	16	16	264
Analista 1	176	80	176	132
Analista 2	176	80	176	132
Chefe Reg.	8	4	8	24
Gerente Reg.	4	2	4	12
Gerente Executivo	1	1	2	6
Superintendente	0,5	0,5	2	2
TOTAL	421,5	183,5	384	1628

Tabela 5. Estimativa de custos por atividade

Cargo	ETP+TR	ED+Jur	Licitação	Contrato
Auxiliar	R\$ 1.990,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.557,12
Secretário	R\$ 1.370,72	R\$ 1.370,72	R\$ 1.370,72	R\$ 22.616,88
Analista 1	R\$ 16.318,72	R\$ 7.417,60	R\$ 16.318,72	R\$ 12.239,04
Analista 2	R\$ 24.733,28	R\$ 11.242,40	R\$ 24.733,28	R\$ 18.549,96
Chefe Reg.	R\$ 2.164,96	R\$ 1.082,48	R\$ 2.164,96	R\$ 6.494,88
Gerente Reg.	R\$ 1.135,24	R\$ 567,62	R\$ 1.135,24	R\$ 3.405,72
Gerente Executivo	R\$ 301,05	R\$ 301,05	R\$ 602,10	R\$ 1.806,30
Superintendente	R\$ 187,54	R\$ 187,54	R\$ 750,16	R\$ 750,16
TOTAL	R\$ 48.202,31	R\$ 22.169,41	R\$ 47.075,18	R\$ 118.420,06

Assim, o Custo Interno Anual (CIA) estimado por regional da Codevasf é de R\$ 235.866,96, considerando a Sede + 16 regionais da Codevasf, o custo interno anual total é de R\$ 4.009.738,32.

Considerando o Preço Público Total (PPT) da cesta de itens do almoxarifado convencional, sem a Taxa de Ajuste (TA) de R\$ 2.112.291,47, o custo interno anual (CIA) representa 189,83% da cesta de itens.

Considerando a Taxa de Ajuste (TA) máxima de 32,94%, vai representar um custo máximo de R\$ 695.788,81 do Almoxarifado Virtual, frente ao Custo Interno Anual (CIA) de R\$ 4.009.738,32, representando uma economia de 82,65% ou de R\$ 3.313.949,51 por ano, demonstrando uma alta vantajosidade econômica do Almoxarifado Virtual.

Considerando o modelo contratual plurianual de 5 anos, com renovação máxima de 10 anos, o Almoxarifado Virtual pode gerar economia de R\$ 16.569.747,55 a R\$ 33.139.495,10, demonstrando uma alta vantajosidade econômica do modelo contratual plurianual.



6.5. Fator de correção (FC)

Um dos grandes destaques do Almoxarifado Virtual é sua flexibilidade quanto aos itens que são fornecidos aos órgãos demandantes. Conforme a variabilidade de necessidade destes, é possível incluir novos itens para o atendimento das demandas.

Diferentemente de um registro de Preços, por exemplo, o Almoxarifado Virtual não possui uma relação fixa, nem uma quantidade máxima determinada de consumo. O que se deve verificar, contudo, é a capacidade de fornecimento por parte da contratada, que depende de um prazo razoável para estabelecer seus estoques e prestar o atendimento.

Caso não seja possível apurar um Preço Público (PP) do Pannel de Preços ou outro sistema referencial público, a pesquisa será realizada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. Será realizada a apuração de preços pelo Preço de Mercado (PM), dos quais já possuem custos médios de operação embutido. Desta forma foi adotado o modelo de aplicação do Fator de Correção (FC) estabelecido pela Central de Compras (SEI/ME – 7532841) no Almoxarifado Virtual Nacional.

O Fator de Conversão (FC) visa corrigir a diferença entre o Preço de Mercado (PM) e o Preço Público (PP), tendo em vista que o preço de mercado é maior que o público, por se tratar de preço de varejo, podendo estar embutido custos de escala, frete, impostos e sistema de e-commerce.

Desta forma, foi realizado uma pesquisa de preços de mercado (PM) adicional para cada item da cesta via sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, objetivando comparação com os preços públicos aferidos, e determinação do Fator de Correção.

O PM foi apurado pela média de 3 preços de mercado obtido, calculando o Preços de Mercado Total (PMT) da cesta de itens, totalizando R\$ 3.337.342,36.

Considerando a Quantidade (Qde) dos itens como elemento de peso de cada preço, bem como o Preço Público Total (PPT) da cesta de itens obtido de R\$ 2.112.291,47, aferimos um Fator de Conversão (FC) pela divisão do PPT por PMT de 63,28%.

O Fator de Conversão (FC) apurado neste ETP de 63,28% é muito próximo ao apurado pela Central de Compras de 63,40%, vide item 5.7 do ETP (SEI/ME – 7532841).

O Fator de Conversão (FC) é aplicado apenas quando os preços unitários de novos itens forem apurados com Preços de Mercado (PM), caso seja apurado por Preço Público (PP) o FC não é aplicado, ou matematicamente $PU = PP = PM \times FC$.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

6.6. Preço global estimado

O valor da contratação estimada é de R\$ 14.040.484,90 (quatorze milhões quarenta mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) para um período de 5 anos, prorrogável no máximo por 10 anos, conforme detalhamento apresentado no Anexo 1.

7. Parcelamento da solução

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

O serviço de Almoxarifado Virtual não possui característica divisível intrínseca, uma vez que depende de ser um organismo único, integrado e essencial de atendimento global, de forma que sua ramificação nacional possa garantir uma prática mais competitiva de preços e agregar simultaneamente os serviços a todas as unidades a serem atendidas, evitando-se o atual diagnóstico de pouco controle na constituição e formação processual, notadamente no quesito de insumos, controle e descarte e vida útil de temporalização.

8. Correlação e interdependência

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não há na Codevasf correlatas e/ou interdependentes compatível com essa demanda. A solução visa unificar e substituir o antigo modelo de contratação de fornecedores individuais de itens administrativos via SRP, como os Editais 99/2023 e 115/2023 da Sede e demais correlatos das Regionais.

9. Alinhamento institucional

IX - Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento da organização, identificando a previsão no Plano Anual de Compras - PAC, ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

O objeto proposto está alinhado com os seguintes processos de negócio da Codevasf, conforme mapa estratégico: Pessoas e Governança > Aperfeiçoar a governança organizacional > Desenvolver a gestão estratégica de pessoas



10. Resultados pretendidos

X - Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

O Almoxarifado Virtual é uma estratégia que visa à contratação de empresa especializada na operação logística do processo tradicional de compra e armazenamento de materiais de consumo administrativo (recebimento, armazenagem, separação, expedição, distribuição, guarda, inventário e conservação), por meio de ferramenta informatizada, objetivando:

- a) Redução dos custos administrativos internos de licitação, gestão contratual, operacional (almoxarifado);
- b) Redução dos custos de aquisição devido ao ganho de escala e otimização da logística por empresa especializada;
- c) Redução dos riscos de desabastecimento de materiais;
- d) Uniformização e melhoria da qualidade dos materiais em todas as unidades administrativas;
- e) Maior controle e transparência na gestão da cadeia de suprimentos pela administração devido ao sistema informatizado.

Conforme apresentado no item 5.4 deste ETP, o Almoxarifado Virtual vai representar uma economia de custos de R\$ 3.313.949,51 por ano, ou de R\$ 16.569.747,55 por 5 anos de contrato, ou de R\$ 33.139.495,10 por 10 anos de contrato (no caso de prorrogação máxima).

11. Etapas preliminares a contratação

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

- a) Revisão das especificações;
- b) Análise e parecer de custos;
- c) Peças técnicas licitatórias: Termo de Referência (TR), Orçamento Referencial (OR), Mapa e Matriz de Risco (MR);



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

- d) Minuta de edital e de contrato;
- e) Parecer jurídico;
- f) Autorização da DEX;
- g) Publicação e período convocatório;
- h) Certame licitatório com respectivas etapas recursais;
- i) Homologação e adjudicação da DEX;
- j) Contratação;
- k) Personalização da solução informatizada pela Contratada;
- l) Treinamento dos usuários pela Contratada;
- m) Início dos contratos.

12. Impactos e tratamentos ambientais

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;

Não há impactos ambientais decorrentes da contratação, nem exigência regulatória de licenciamento ambiental ou outorga para prestação de serviço de Almoxarifado Virtual.

Os serviços serão executados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5 da Instrução Normativa SLTI/MP 1, de 2010 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia - AA

13. Conclusão

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e

XIV - avaliação da necessidade de classificação do ETP como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Concluo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação do objeto de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE OUTSOURCING PARA OPERAÇÃO DE ALMOXARIFADO VIRTUAL, PARA SUPRIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO SOB DEMANDA, COM ENTREGA PORTA-A-PORTA PARA A SEDE, REGIONAIS E DEMAIS UNIDADES DA CODEVASF.

Não há necessidade de classificação do ETP como sigiloso.

Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Emílio de Souza Santos
Unidade de Compras Administrativas
AA/GPA/UCS - Chefe

De acordo:

Ricelly Santos Moura
Gerência de Patrimônio, Logística e Serviços Auxiliares
AA/GPA - Gerente